FERTILIZANTES

PNFCA PROVOCA MUDANÇAS ESTRUTURAIS

A implementação do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), lançado em 1974, vem provocando mudanças substanciais nas estruturas de produção e de comercialização dos adubos químicos no país. A entrada em operação de algumas das unidades de produção previstas no PNFCA, principalmente aquelas ligadas à produção de concentrado fosfático no Brasil Central, tem afetado, ou mesmo posto em xeque, inúmeros pontos do sistema tradicional de logística das indústrias processadoras, dois terços delas localizados em São Paulo. Essa substituição de importações não se faz sem alterações na composição e no somatório final dos custos industriais do produto acabado, uma vez que os preços internos das matérias-primas e produtos intermediários são mais elevados do que os internacionais. Fato este, aliás, perfeitamente compreensível por três motivos:

1) Trata-se de indústrias nascentes, localizadas no Brasil Central, e demandando vultosos investimentos;

2) Os custos elevados de exploração de nossas jazidas em função das características dos minérios;

3) A distância das jazidas às unidades processadoras.

ECONOMIA DE DIVISAS: ÔNUS PARA A AGRICULTURA

Se, por um lado, esse processo resulta em economia substancial de divisas, por outro, implica majoração dos custos de produção do agricultor, que tem sobre os ombros o encargo de manter sempre crescente a produção agrícola a custos competitivos.

Dentro dessa nova realidade, tanto o produtor rural como o empresário industrial têm-se ressentido dos altos custos de produção. No setor industrial, muito embora não tenham sido esgotados todos os instrumentos técnicos de redução de custos e serem elevadas as despesas financeiras, as empresas produtoras de fertilizantes compostos reclamam da queda de rentabilidade e da impossibilidade de repassar o aumento dos custos industriais para o agricultor, em virtude do controle do CIP. O agricultor, por seu lado, já tendo que pagar preços acima do mercado internacional pelos insumos agrícolas de modo geral, não dispõe de condições para absorver as altas extraordinárias derivadas do processo de auto-suficiência em fertilizantes.

MERCADO ESTAGNADO EM 1978

Assim, em 1978, o comportamento do mercado de fertilizantes refletiu esse estado de coisas. O consumo aparente (produção doméstica + importações) da ordem de 3,1 milhões de t, permaneceu estagnado em relação ao de 1977. Na verdade, o consumo real deve ter sido menor visto que o nível de vendas foi menor em 78, segundo fontes do setor. Isto significa estoque mais elevado nos depósitos das indústrias, misturadores e revendedores. A produção interna de nitrogenados foi de 227 mil t de N (crescimento de 20% em relação à de 1977), correspondente a cerca de 40% do consumo aparente de seu grupo. Quanto aos fosfatos solúveis, a produção doméstica atingiu 1,1 milhão de t de P_2O_5 (crescimento de 7%), representando 77% do consumo aparente. Em relação aos potássicos, o consumo aparente foi da ordem de

1,0 milhão de t de K_2O, volume esse totalmente importado.

1979 – OTIMISMO SOB CONDIÇÕES

Em 1979, entrarão em operação mais duas unidades de produção de concentrado fosfático (VALEP, em Minas Gerais, e FOSFAGO, em Goiás) com uma produção conjunta de 500 mil t de P_2O_5, proporcionando praticamente a auto-suficiência no abastecimento dessa matéria-prima. Quanto ao sistema de transportes, há o anunciado aumento de 20% no frete marítimo. Este acréscimo deverá incidir de forma acentuada nos custos dos fertilizantes e das matérias-primas importadas, devido à obrigatoriedade de uso de navios de bandeira nacional para transporte de produtos isentos de imposto de importação.

Apesar da conjuntura negativa, é possível que haja, em 1979, uma retomada do ritmo de expansão do setor, interrompido no ano passado. Dependerá, contudo, da severidade das medidas de controle inflacionário no plano interno e da preocupação das autoridades econômicas em não reduzir a nossa competitividade no mercado internacional. Ao mesmo tempo, deveria ser solucionada a questão da baixa rentabilidade das empresas do setor, cujas condições de operação são, atualmente, anti-econômicas.

SUBSÍDIO – AINDA A SOLUÇÃO?

A hipótese aventada de subsídio direto às indústrias ou ao transporte interno das matérias primas, que, além de reduzir os custos industriais dos fertilizantes, possibilitaria maior competitividade entre as empresas, traz o pecado original de ser inflacionária e de difícil controle. Contudo, se a questão é manter as despesas do agricultor com fertilizantes dentro dos níveis de preços internacionais, não há outra solução a não ser dividir com toda a sociedade o ônus do incentivo à indústria nacional, seja na forma de um subsídio ou por meio de uma liberação dos preços dos produtos agrícolas.